

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e IFRS.
31 de dezembro de 2018
REA 022/2019

ÍNDICE

Balanço Patrimonial	10
Demonstração do Resultado.....	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	15

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Sócios
CONDOR SUPER CENTER LTDA.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Condor Super Center Ltda. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Condor Super Center Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Contas a receber

Conforme demonstrado na nota 5 – Contas a Receber, o saldo do contas a receber está representado pelo montante de R\$ 302.762.166, que é composto por recebíveis na modalidade cartões de crédito e *ticket's*, clientes e provisões diversas não pode ser objetivamente validado, por conta da imprecisão dos controles auxiliares que dão base aos mesmos. Além disso, a Empresa reconhece outras operações no contas a receber, relativas a acordos comerciais com fornecedores, reembolso de publicidade, devoluções diversas e notas de créditos, os quais apresentam valores vencidos a longa data, cuja provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD não foi constituída. Existe atualmente um montante de R\$ 37.763.962 de títulos vencidos a mais de 180 dias.

Provisão para Contingência

A Empresa não possui constituída provisão para fazer face aos processos judiciais de natureza trabalhista e cível em andamento, para os quais a probabilidade de perda foi considerada provável pelos Assessores Jurídicos da Empresa, estas causas representam o valor de R\$ 10.894.335 em contingências prováveis de perda, ademais apuramos um valor de R\$ 46.584.157 em causas possíveis de perda, também reportadas pelos assessores jurídicos. Além disso, até o encerramento dos não obtivemos resposta sobre os processos, por parte do Assessor Jurídico José Carlos Passuello e Roméro Côas, que estão sob a sua responsabilidade. Tal fato pode aumentar o valor de contingências prováveis acima mencionado.

Ativo Imobilizado

Não foram apresentados relatórios administrativos referentes ao ativo imobilizado que nos permitissem a realização de procedimentos de revisão anual sobre a recomposição do custo do ativo com base no valor justo, tendo em vista a possibilidade de eventual perda por *Impairment*, conforme previsto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Ainda, quanto ao ativo imobilizado, a Empresa não apresentou evidência da revisão anual das expectativas de vida útil de seus bens, conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria

Estoque

Conforme demonstrado na nota explicativa 7 – Estoque está representado pelo valor de R\$ 379.026.746 e consideramos esta área de foco em nossa auditoria em função da relevância do saldo, a grande quantidade de produtos e elevada movimentação diária.

Inspecionamos documentos e controles relacionados a fim de atestar a exatidão dos saldos, bem como, a competência do registro .

Com base em técnicas de amostragem, realizamos o acompanhamento de inventários físicos cíclicos realizados por empresa terceirizada.

Analisamos também os cálculos sistêmicos do custo médio e análise do giro do estoque

Como resultado dos procedimentos aplicados e a extensão dos testes executados verificamos o correto reconhecimento e mensuração de estoques estão adequados em todos os aspectos relevantes.

Operações entre Partes
Relacionadas

Conforme demonstrado na nota explicativa 9 – Partes Relacionadas, a Empresa possui operações com partes relacionadas, em aberto em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 34.435.814 (Ativo) e R\$ 45.102.524 (Passivo), as quais fazem parte ao curso normal de seus negócios, no entanto, não há formalização por meio de contratos, tampouco, o recolhimento de IOF sobre essas operações.

Como a Empresa não possui contratos para as operações com partes relacionadas, realizamos por meio de amostragem testes documentais, que incluem a validação da existência dos valores e suas contabilizações, obtivemos entendimento sobre as operações realizadas entre as partes envolvidas.

Realizamos revisão analítica, confrontamos o saldo com o balanço das empresas relacionadas, a fim de confirmar a relevância.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Recalculamos o IOF e observamos que a Empresa não realiza o recolhimento do tributo para todas as operações, no entanto, tal fato, não reflete materialmente sobre estas demonstrações contábeis.

Consideramos que as operações estão adequadamente apresentadas nestas demonstrações contábeis.

Fornecedores

Conforme demonstrado na nota explicativa 12 – Fornecedores, a Empresa possui um saldo relevante de contas a pagar em 31 dezembro de 2018 e com um volume igualmente material de movimentações durante o exercício.

O formato praticado nas negociações com fornecedores gera recebíveis com os mesmos, provenientes de ações e campanhas de *Marketing* para promoção das vendas de seus produtos.

A apuração da situação líquida entre exigíveis e recebíveis de cada fornecedor, mas para fins de controle são mantidos em grupos de contas segregados, com o objetivo de liquidar o valor que resulte das operações ativas e passivas.

Alguns títulos permanecem vencidos, sem a respectiva regularização há longa data .

Consideramos este assunto significativo para fins de auditoria.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relativas às operações de contas a pagar relevantes para estas Demonstrações Contábeis. Para os saldos apresentados na data base de encerramento, tendo como base no relatório financeiro disponibilizado, confrontamos o saldo contábil e analisamos a exatidão dos mesmos.

Entendemos, que, uma vez que a posição líquida do saldo de Fornecedores é dependente do saldo de contas a receber com os mesmos e que envolve diversos formatos de negociação, a Empresa não realiza seus pagamentos seguindo um cronograma normal de vencimentos e sim em lotes de pagamento em comum acordo com os fornecedores.

Observamos que os valores em cobrança pelos fornecedores há longa data e que não foram efetivamente pagos até a data de encerramento, não são materiais e que a política adotada pela Empresa

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	é de manter sua posição segregados junto ao fornecedor visando manter o acordo de fornecimento para suas lojas em funcionamento.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro

de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 28 de março de 2018.



VBR BRASIL - VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - PR 12.475 - CRC - PR 008.722/O-5
Wesley Montechiari Figueira
Sócio - CRC- PR 038.884/O-7 - CNAI 1.222

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Balancos Patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2018
(Em Reais)

Ativo	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Circulante			
Caixas e equivalentes	4	158.119.418	134.718.751
Contas a receber	5	302.762.166	267.693.725
Outras contas a receber	6	7.725.692	8.411.460
Estoques	7	379.026.746	326.675.770
Tributos a recuperar	8	1.651.540	854.567
Despesas antecipadas		1.140.925	1.195.267
Ativo Circulante		850.426.487	739.549.540
Não Circulante			
Investimentos		62	62
Outras contas a receber	6	12.919.088	2.770.525
Partes relacionadas	9	34.435.814	114.375.441
Imobilizado	10	63.495.943	65.921.879
Intangível	11	1.327.903	380.842
Ativo Não Circulante		112.178.810	183.448.749
Total do Ativo		962.605.297	922.998.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Balancos Patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2018
(Em Reais)

Passivo	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Circulante			
Fornecedores	12	378.543.796	390.591.093
Empréstimos e financiamentos	13	171.455.623	72.358.056
Obrigações trabalhistas e sociais	14	39.766.252	38.308.184
Obrigações tributárias	15	88.646.633	99.177.258
Outras contas a pagar		162.443	188.883
Total Passivo Circulante		678.574.747	600.623.474
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	177.633.170	181.618.157
Obrigações tributárias	15	13.972.862	14.136.109
Partes relacionadas	9	45.102.524	19.424.216
Total Passivo Não Circulante		236.708.556	215.178.482
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	10.000.000	10.000.000
Reservas de lucros		37.321.994	97.196.333
Total Patrimônio Líquido		47.321.994	107.196.333
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		962.605.297	922.998.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Demonstrações do Resultado do Exercício
31 de dezembro de 2017 e 2018
(Em Reais)

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Receita Operacional Líquida	17	<u>3.769.715.482</u>	<u>3.592.705.074</u>
Custos dos produtos vendidos	18	(2.843.956.079)	(2.748.089.088)
Lucro Bruto		<u>925.759.403</u>	<u>844.615.986</u>
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(667.880.899)	(631.865.312)
Despesas com vendas	20	(33.561.268)	(35.562.230)
Outras receitas e (despesas)	21	38.931.511	41.976.635
Total das Despesas Operacionais		<u>(662.510.656)</u>	<u>(625.450.907)</u>
Resultado Antes dos Efeitos Financeiros		<u>263.248.747</u>	<u>219.165.079</u>
Resultado líquido financeiro	22	(80.868.354)	(71.644.741)
Lucro Antes dos Impostos		<u>182.380.393</u>	<u>147.520.338</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	(60.922.810)	(49.781.455)
Lucro Líquido do Exercício		<u><u>121.457.583</u></u>	<u><u>97.738.883</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2017 e 2018
(Em Reais)

-

	Capital Social	Reserva de Lucros	Total
Em 31 de dezembro de 2016	<u>10.000.000</u>	<u>114.297.474</u>	<u>124.297.474</u>
(-) Distribuição de lucros	-	(114.840.024)	(114.840.024)
Lucro líquido do exercício	-	97.738.883	97.738.883
Em 31 de dezembro de 2017	<u>10.000.000</u>	<u>97.196.333</u>	<u>107.196.333</u>
(-) Distribuição de lucros	-	(181.331.922)	(181.331.922)
Lucro líquido do exercício	-	121.457.583	121.457.583
Em 31 de dezembro de 2018	<u>10.000.000</u>	<u>37.321.994</u>	<u>47.321.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
31 de dezembro de 2017 e 2018
(Em Reais)

Atividades operacionais	31.12.2018	31.12.2017
Lucro líquido do exercício	121.457.583	97.738.883
Ajustes:		
Provisão para férias e encargos	1.028.756	2.056.066
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.000.000)	-
Depreciação e amortização	12.222.068	11.744.841
Baixas de ativo imobilizado e intangível	5.910.223	9.425.792
Variação nas contas de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(32.068.442)	9.795.834
(Aumento) Redução em outros créditos	(9.462.796)	(2.074.044)
(Aumento) Redução em estoques	(52.350.976)	18.840.248
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(796.973)	(82.417)
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	54.342	180.614
Aumento (Redução) em fornecedores	(12.047.292)	30.957.442
Aumento (Redução) em obrigações sociais e trabalhistas	429.311	400.291
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	(10.693.868)	30.467.172
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	(26.439)	(13.724.209)
Caixa líquido nas atividades operacionais	20.655.497	195.726.513
Atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(16.653.418)	(18.666.340)
Caixa líquido nas atividades de investimento	(16.653.418)	(18.666.340)
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	95.112.576	54.127.577
Partes relacionadas	105.617.934	(50.995.107)
Pagamento de dividendos	(181.331.922)	(114.840.024)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	19.398.588	(111.707.554)
Aumento líquido nas disponibilidades	23.400.667	65.352.619
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	134.718.751	69.366.132
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	158.119.418	134.718.751
Variação	23.400.667	65.352.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Há 40 anos atuando no mercado, o Condor Super Center inscrito no CNPJ 76.189.406/0001-26 tem como principal característica ser uma marca regional, cuja missão é Comercializar produtos e serviços no varejo supermercadista que atendam as expectativas dos consumidores, quotistas e colaboradores.

Atualmente, o Condor ocupa o 2ª lugar no ranking dos maiores supermercados do Paraná, contando com 54 lojas entre super e hipermercados instaladas em 16 cidades do Estado, e 2 centros de distribuição, 1.187 checkouts e aproximadamente 12.000 colaboradores.

O Condor é uma empresa familiar, sempre em grande e contínuo crescimento, e cada vez mais conhecida pela seu *slogan* "De mãos dadas com você."

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

2.1. BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.20.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRS's não está disponível no Brasil.

2.1.1. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2018

I - CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”: Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

O CPC 48 (que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil) foi emitido em dezembro de 2016 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 também substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

II - CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contrato com Clientes”: O IFRS 15, emitido pelo IASB em maio de 2014, requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa de recebimento pela Empresa em troca desses bens ou serviços. O CPC 47, o qual foi emitido em dezembro de 2016. Esta norma substituirá o CPC 30 (IAS 18) e o CPC 17 (IAS11) bem como as interpretações relacionadas (Interpretação A e B – anexos do CPC 30, e ICPC 02 e 11). O pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 utiliza como método para o reconhecimento da receita uma abordagem de cinco etapas, que procura não somente identificar os contratos com clientes, mas também suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Por fim, a abordagem determina que uma entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

A administração ainda está avaliando os impactos de eventuais mudanças mencionadas e eventuais diferenças nos saldos contábeis pela adoção das novas normas de modo que sejam reconhecidos, se aplicável, no exercício social posterior a estas demonstrações contábeis, afetando diretamente o patrimônio líquido da Empresa. Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”: A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Não há novos Pronunciamentos Contábeis do CPC's, ou pronunciamentos IFRS emitidos que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre estas demonstrações contábeis.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1. Classificação:

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

São mensurados ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Empresa, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía Caixa e Equivalentes de Caixa nessa classificação, conforme nota explicativa nº 4.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía Contas a Receber, bem como Adiantamentos e outros créditos nesta classificação, conforme notas explicativas nº 5 e 6.

d) Passivos Financeiros

A Empresa não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía Contratos de mútuo, Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos e nessa classificação, conforme notas explicativas nº 9,12 e 13.

2.5. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os demais ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seus "Resultados Financeiros Líquidos" no período em que ocorrem.

2.6. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores

reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o

vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor de face dos títulos que os originaram não contemplando possíveis juros, correções ou multas por atraso nem dedução de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a qual deveria ser estabelecida quando houvesse uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

A Empresa não acredita que haverá perdas de crédito em seus títulos a receber.

2.9. ESTOQUES

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

Os produtos adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

2.10. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Empresa corresponde a aquisição de ações de incentivos fiscais da FISC adquiridas em 1992.

2.11. IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a *softwares* adquiridos separadamente, reconhecidos e mensurados inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Há também o reconhecimento de marcas e patentes, direito de uso telefônico e fundo de comércio de um posto de combustível, o qual foi adquirido em 2007.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida, em que os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

São obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.14. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.15. EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Empresa, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não

conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Empresa com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16. PARTES RELACIONADAS

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações de operações financeiras e comerciais entre componentes do mesmo grupo econômico, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía operações registradas nas demonstrações contábeis sob essa classificação, conforme demonstrado na nota nº 9.

2.17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, fato esse que ocorre no ato da entrega do produto vendido.

b) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço é reconhecida por meio das apólices de seguro de garantia estendida, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular.

As receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

2.19. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base em seu contrato social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos quotistas, em Reunião Geral.

2.20. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

a) Provisões para contingências

São constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Empresa é optante para o exercício de 2018 pela tributação sobre o lucro com base no sistema de Lucro Real, com alíquota de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS, na modalidade não cumulativa.

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Empresa, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Empresa elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.2. FATORES DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa não possui uma diretoria específica para gestão de riscos, no entanto a Administração é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria financeira e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Empresa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa é monitorada diariamente pela área financeira da Empresa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de receitas auferidas junto aos seus clientes. Este risco é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes ao faturamento.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Empresa e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

d) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Empresa é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar seus negócios e maximizar o valor aos sócios.

A Empresa controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a mesma pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos sócios, captação de novos empréstimos.

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações possuem liquidez diária e apresentam risco baixo de perda de valor.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa geral (i)	67.528.029	46.869.371
Conta corrente	910.288	402.286
Numerários em trânsito (ii)	13.255.121	14.013.616
Aplicações financeiras (iii)	76.425.980	73.433.478
	<u>158.119.418</u>	<u>134.718.751</u>

(i) O caixa geral compreende as movimentações das operações de caixa das filiais.

(ii) Representado na sua maioria por valores a serem encaminhados para depósitos e correspondentes bancários, que são operações de recebimento de boletos bancários da instituição financeira do Bradesco nos *checkout* nas lojas

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

da rede.

(iii) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDB (Certificados de Depósito Bancário), com variação próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros com a própria instituição emissora.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018, os recebíveis estão assim apresentados:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Contas a receber (i)	138.596.875	99.576.487
Cartões de créditos e <i>ticket's</i> (ii)	223.450.491	205.760.823
Provisões diversas	(59.285.200)	(37.643.585)
	<u><u>302.762.166</u></u>	<u><u>267.693.725</u></u>

(i) A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (*aging list*):

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Títulos a vencer	54.049.630	40.371.307
Títulos vencidos de 31 a 90 dias	40.133.015	26.319.346
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	6.650.267	4.617.927
Títulos vencidos a mais de 180 dias	37.763.962	28.267.907
Total	<u><u>138.596.875</u></u>	<u><u>99.576.487</u></u>

As provisões diversas estão representadas na sua maioria pelas provisões de cartão presente magnético e provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa de anos anteriores.

(ii) Representado na sua maioria por operações com os cartões de crédito das bandeiras Visa, American Express, Credicard Dinner, Senffnet e os *ticket's* Abrapetite, Sodexo Pass, Fratello e Redeshop.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O grupo de contas a receber está representado por:

Ativo Circulante:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2017</u>
Adiantamento a empregados (i)	6.301.908	6.173.968
Adiantamentos a fornecedores	-	726.233
Outros adiantamentos (ii)	1.423.784	1.511.259
	<u><u>7.725.692</u></u>	<u><u>8.411.460</u></u>

(i) Representado principalmente por adiantamentos de salários, férias e adiantamento para aquisição de produtos no Condor Super Center, como eletrodomésticos e eltro portáteis.

(ii) Representado pela sua maioria pela a aquisição de títulos precatórios efetuada nos exercício de 2006 e 2007, cujo montante possui parecer conclusivo nº 40/2014 emitido pelo Estado do Paraná em 16 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo está representado por R\$ 1.511.259, cujo valor será utilizado para pagamento de ICMS em períodos futuros.

Ativo Não Circulante:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Depósito judicial cível	11.994.337	1.965.704
Depósito judicial trabalhista	440.184	433.419
Depósito judicial INSS	176.050	176.050
Outros créditos	308.517	195.352
	<u><u>12.919.088</u></u>	<u><u>2.770.525</u></u>

7. ESTOQUES

O grupo de estoques está assim composto:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Estoque mercadoria para revenda (i)	377.713.061	322.121.086
Estoque mercadorias enviadas	1.313.685	4.554.684
	<u><u>379.026.746</u></u>	<u><u>326.675.770</u></u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

(i) Abaixo demonstramos o estoque de mercadoria por loja:

Loja	Descrição	31.12.2018	31.12.2017
1	Centro de Distribuição	140.071.921	114.547.099
3	Santa Felicidade	2.712.013	2.779.812
4	Lapa	4.025.462	3.714.869
6	Pinheirinho	5.381.256	4.762.588
7	Marechal	4.095.540	4.578.078
8	Paranaguá	3.881.285	3.761.367
9	Londrina	5.649.346	5.337.163
10	Campo Comprido	4.204.490	3.814.941
11	São Braz	4.858.743	4.188.736
13	Sítio Cercado	2.745.997	2.846.122
14	São José dos Pinhais	5.475.138	4.393.026
15	Apucarana	3.088.599	3.079.381
16	Hortifruti	949.451	956.623
17	Ahu	2.201.879	2.410.453
18	Ponta Grossa	1.990.670	2.350.899
19	Ponta Grossa	5.524.720	4.680.944
20	Maringá	3.758.384	3.743.469
21	Nilo Peçanha	12.313.159	12.564.729
22	Champagnat	6.709.001	5.895.697
23	Araucária	6.205.295	5.186.901
24	Santa Cândida	6.354.301	5.789.475
25	Paranaguá	6.199.322	5.504.518
26	Torres	5.904.127	5.788.829
27	Novo Mundo	6.267.314	5.472.147
28	Cristo Rei	3.630.903	3.553.056
29	Água Verde	6.936.533	6.413.081
30	Fazenda Rio Grande	3.961.946	2.423.029
31	Campo Largo	3.536.189	3.733.963
32	Uvaranas	5.304.944	4.473.958
33	São Jose	6.338.300	5.359.070
34	Brasília	3.779.859	2.933.181
36	Castro	5.519.430	5.707.019
37	Cajuru	4.528.850	4.281.210
38	Colombo	4.584.377	4.387.924
39	Pinhais	5.815.073	5.062.051
40	Maringá	4.648.656	4.980.108
41	Campo Mourão	4.589.778	-
42	Ponta Grossa	6.065.427	6.679.464
43	Almirante Tamandaré	5.419.097	5.526.419
44	Ponta Grossa	5.321.241	6.209.341
45	Araucária Costeira	4.857.027	5.002.952
46	Campo Largo São Jose	6.288.828	6.558.595
47	Pinhais	4.037.827	3.757.615
48	Joinville	7.134.979	7.830.493
49	Boa Vista	4.902.209	4.967.035
50	Santa Quitéria	3.869.650	4.133.656

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

Loja	Descrição	31.12.2018	31.12.2017
51	Joinville América	4.257.745	-
52	Mafra	4.753.564	-
53	Joao Bettega	3.652.325	-
54	Francisco Derosso	3.410.890	-
Total		377.713.060	322.121.086

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos e contribuições a recuperar estão representados por:

	31.12.2018	31.12.2017
INSS a compensar	10.916	1.229
ISS a compensar	1.886	-
Antecipação ICMS	1.638.738	853.338
	1.651.540	854.567

9. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018, as partes relacionadas estão compostas por:

Ativo:

	31.12.2018	31.12.2017
API SPE 46	6.987.114	66.465.861
Cassola Administradora Ltda.	1.550.000	1.550.000
Comercial de Alimentos Zonta Ltda.	3.000.000	3.000.000
Condor Auto Posto - Pinheirinho	557.097	557.097
Condor Auto Posto - Tarumã	40.000	-
PJ Zonta Adm. de Bens e Part. Ltda.	18.096.092	15.869.522
Robson Fernandes	733.281	759.671
RZ Motorsport Competições Ltda.	749.255	749.255
Selection Locadora de Veículos Ltda.	-	21.383.802
Zonta Administradora de Cartões Ltda.	-	1.270.447
Zonta Competições Ltda.	2.046.437	2.046.436
Empréstimos a terceiros	676.538	723.350
	34.435.814	114.375.441

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

Passivo:

	31.12.2018	31.12.2017
Ricasan Indústria e Com. de Conf. Ltda.	160	160
Zonta Administradora de Cartões Ltda.	7.960.631	7.887.502
Selection Locadora de Veículos Ltda.	3.350.554	-
Contemporânea Dist. e Import. Ltda.	999.412	999.412
Comercial de Alimentos Zonta Ltda.	756.203	652.553
Pessoas ligadas (i)	32.035.564	9.884.589
	<u>45.102.524</u>	<u>19.424.216</u>

(i) Valor representado na sua maioria por juros sobre capital próprio a pagar aos sócios, qual foi calculado com base na TLP.

As transações entre as empresa do grupo referem-se a transações de mútuo e compartilhamento de gastos, não havendo transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as partes.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está assim representado:

a) Abertura

	Vida Útil (Anos)	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	31.12.2018 Valor Líquido	31.12.2017 Valor Líquido
Máquinas e equipamentos	10 anos	38.787.695	(23.671.999)	15.115.696	15.384.579
Móveis e utensílios	10 anos	27.014.024	(12.067.611)	14.946.413	15.065.816
Veículos	5 anos	25.861	(38.926.758)	(38.900.897)	32.661
Instalações	10 anos	71.150.452	(9.213.333)	61.937.119	27.890.194
Computadores e periféricos	5 a 10 anos	11.705.586	(9.365.562)	2.340.022	2.403.690
Instalações comunicação audiovisual	5 a 10 anos	9.196.830	(5.874.537)	3.322.293	3.816.806
Centrais telefônicas	10 anos	18.055	(18.055)	-	-
Edificações em imóveis de terceiros	10 anos	4.807.379	(192.088)	4.615.291	252.889
Imobilizado em andamento		120.006	-	120.006	1.075.244
		<u>162.825.888</u>	<u>(99.329.943)</u>	<u>63.495.943</u>	<u>65.921.879</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

b) Movimentação

Imobilizações em Uso	162.705.880	10.929.371	(236.430)	152.012.939
Máquinas e equipamentos	38.787.695	2.635.573	(184.632)	36.336.754
Móveis e utensílios	27.014.024	2.279.962	(769)	24.734.831
Veículos	25.861	38.984	(45.784)	32.661
Instalações	71.150.452	466.662	-	70.683.790
Computadores e periféricos	11.705.584	842.031	(5.195)	10.868.748
Instalações comunicação audio-visual	9.196.830	286.593	-	8.910.237
Centrais telefônicas	18.055	-	-	18.055
Edificações em imóveis de terceiros	4.807.379	4.379.566	(50)	427.863
		-	-	
Imobilizações em Andamento	120.006	4.718.553	(5.673.793)	1.075.245
Adto fornec.imobilizado	120.006	607.992	(646.765)	158.779
Imobilizado (Cta. Transitória)	-	43.280	(43.280)	-
Obra João Bettega	-	375.497	(375.497)	-
Obra Cajuru	-	317.823	(885.289)	567.466
Obra Joinville - Boa Vista	-	228.842	(228.842)	-
Obra Deposito Central Novo II	-	343.910	(343.910)	-
Obra Santa Quitéria	-	23.184	(262.254)	239.070
Obra Joinville - América	-	1.876.869	(1.883.078)	6.209
Obra São Braz	-	84.376	(185.749)	101.373
Obra Francisco Derosso	-	290.993	(293.193)	2.200
Obra Mafra	-	525.787	(525.936)	148
Depreciação	(99.329.943)	(12.163.638)	-	(87.166.305)
Máquinas e equipamentos	(23.671.999)	(2.719.822)	-	(20.952.177)
Móveis e utensílios	(12.067.611)	(2.398.596)	-	(9.669.015)
Veículos	-	-	-	-
Instalações	(48.140.091)	(5.346.495)	-	(42.793.596)
Computadores e periféricos	(9.365.562)	(900.504)	-	(8.465.058)
Instalações comunicação audio-visual	(5.874.537)	(781.106)	-	(5.093.431)
Centrais telefônicas	(18.055)	-	-	(18.055)
Edificações em imóveis de terceiros	(192.088)	(17.115)	-	(174.973)
	63.495.943	3.484.286	(5.910.223)	65.921.879

11. INTANGÍVEL

O intangível está assim representado:

a) Abertura do intangível

			31.12.2018	31.12.2017
	Vida Útil (Anos)	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direito de uso software	10	3.980.112	(3.036.043)	944.069
Marcas e patentes		160.669	-	160.668
Direito de uso telefônico		61.964	-	61.964
Fundo de comércio		161.202	-	161.202
		4.363.947	(3.036.043)	1.327.903
				380.842

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

b) Movimentação

	31.12.2018	Adições	Baixas	31.12.2017
<u>Custo</u>				
Direito de uso software	3.980.111	1.002.051	-	2.978.060
Marcas e patentes	160.669	3.440	-	157.229
Direito de uso telefônico	61.964	-	-	61.964
Fundo de comércio	161.202	-	-	161.202
<u>Amortização</u>				
Direito de uso software	(3.036.043)	(58.430)	-	(2.977.613)
	<u>1.327.903</u>	<u>947.061</u>	<u>-</u>	<u>380.842</u>

12. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018, os valores de fornecedores estão representados pelo montante de R\$ 378.543.796, compostos pelas principais operações realizadas com grandes fornecedores como: Unilever Brasil Ltda., BR Foods S.A., Kraft Foods Brasil S.A., Ambev S.A. e ademais um grande número de fornecedores com os quais há um volume de compras pulverizadas, em ambos os casos trabalha-se com um prazo médio de pagamento de aproximadamente 25 dias, havendo também outros tipos de negociações especiais dependendo das campanhas de venda..

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo está representado pelo valor de R\$ 390.591.093.

A seguir apresentamos os montantes a pagar, por idade de vencimento (*aging list*):

	31.12.2018	31.12.2017
A vencer	318.444.624	341.057.615
Vencidos em até 30 dias	32.423.727	22.316.260
Vencidos entre 31 a 60 dias	532.917	2.540.757
Vencidos entre 61 e 90 dias	174.352	1.333.751
Vencidos entre 181 e 360 dias	5.555.759	1.758.607
Vencidos entre 91e 180 dias	7.118.369	3.947.100
Vencidos a mais de 360 dias	19.764.304	17.638.046
Total	<u>384.014.052</u>	<u>390.592.136</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2017 e 2018 (Em Reais)

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018, o grupo de empréstimos está assim representado:

Instituição	Vencimento	Taxa a/a	Tipo	31.12.2018	31.12.2017
BRDE - BNDES	14.04.2018	5,50%	FINAME Automático PSI	-	489.596
BRDE - BNDES	15.01.2020	2,50%	BNDES FINAME PSI	854.337	1.643.183
BRDE - BNDES	15.01.2019	3,00%	BNDES FINAME PSI	135.278	1.787.102
Banco Bradesco	31.12.2018	143,12%	Conta Garantida	733.044	1.076.908
Banco Bradesco	13.08.2019	3,32%	Câmbio ROF USD	116.468.104	-
Banco Safra	09.11.2019	105,5% CDI Pós	CRA	27.382.697	51.269.616
Banco Safra	15.11.2018	105,5% CDI Pós	CRA	-	25.634.808
Banco Safra	05.11.2020	105,5% CDI Pós	CRA	95.839.440	89.721.828
Banco Safra	06.03.2020	106,5% CDI Pós	CRA	11.963.968	10.798.798
Banco Safra	01.03.2021	106,5% CDI Pós	CRA	11.963.968	10.798.798
Banco Safra	24.02.2022	106,5% CDI Pós	CRA	71.783.930	64.792.788
Banco Safra	12.03.2019	106,5% CDI Pós	CRA	11.964.027	10.798.798
Banco Safra	17.03.2018	106,5% CDI Pós	CRA	-	10.798.798
Total Endividamento com Instituições Financeiras				349.088.793	279.611.021
Saldos circulante (a)				171.455.623	72.358.056
Saldos não circulante (b)				177.633.170	181.618.157

Passivo circulante:

Instituições Financeiras	31.12.2018	31.12.2017
BRDE - BNDES I	-	489.596
BRDE - BNDES II	787.862	787.862
BRDE - BNDES III	135.278	1.649.633
Banco Bradesco	116.468.104	-
Banco Bradesco - conta negativa	733.044	-
Banco Safra	53.331.335	69.430.965
	171.455.623	72.358.056

Passivo não circulante:

Instituições Financeiras	31.12.2018	31.12.2017
BRDE - BNDES II	66.474	855.321
BRDE - BNDES III	-	137.469
Banco Safra	177.566.696	180.625.367
	177.633.170	181.618.157

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2017 e 2018
(Em Reais)

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

As obrigações trabalhistas estão representadas por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Salários a pagar	8.209.043	8.059.643
Provisões de férias e 13º salário	16.885.712	16.142.379
Encargos sociais a pagar	7.982.464	7.822.215
Encargos sociais sobre provisões	6.121.641	5.836.218
IRRF sobre salários	258.902	172.433
Outras contas	308.490	275.296
	<u><u>39.766.252</u></u>	<u><u>38.308.184</u></u>

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações fiscais estão assim representadas:

Passivo circulante:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Outros tributos a recolher	1.380.575	1.525.440
Auto de infração a pagar (i)	41.800.878	59.533.795
PIS a recolher	950.812	627.384
COFINS a recolher	4.389.720	2.902.197
ICMS a recolher	23.162.841	21.750.610
IOF a recolher	7.921.991	6.728.194
CSLL a recolher	2.903.423	1.982.296
IRPJ a recolher	6.136.393	4.127.342
	<u><u>88.646.633</u></u>	<u><u>99.177.258</u></u>

(i) Valor relativo a atuação do fisco Federal correspondente a PERD/COMP indeferidas de saldos negativos de IRPJ e CSLL do processo de incorporação da GBE Ltda. no ano de 2005 e utilização indevidas PIS e COFINS ocorridas em 1999 e 2000.

Passivo não circulante:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Parcelamento ICMS a pagar (i)	6.792.293	7.339.540
Parcelamento Ministério Público (ii)	1.120.000	1.736.000
INSS a recolher suspenso (iii)	6.060.569	5.060.569
Total	<u><u>13.972.862</u></u>	<u><u>14.136.109</u></u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

(i) Valor refere-se ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, estabelecido pela Lei 18.468/2015, deferido em 05 de março de 2015, num total de 120 parcelas

(ii) Valor relativo a autuação do Ministério Público do Trabalho devido à reincidência em irregularidades no ambiente de trabalho, as quais já haviam sido atuados em outras fiscalizações. O valor da penalidade descrita no auto de infração será destinado a instituições sem fins lucrativos já determinadas pela Justiça do Trabalho.

(iii) Montante relativo à contribuição previdenciária sobre 1/3 de férias e auxílio doença, os quais estão sendo questionados judicialmente.

16. CAPITAL SOCIAL

O Capital social em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 10.000.000, divididos em 10.000.000 quotas no valor de R\$1 (um real) cada, e estão assim distribuídas :

<u>Sócios</u>	<u>Quantidade de Quotas</u>	<u>Percentual de Participação</u>	<u>Valor</u>
Pedro Joanir Zonta	5.002.000	50,02%	5.002.000
Luiz Ricardo Zonta	1.666.000	16,66%	1.666.000
Sandra Mara Gabardo Zonta	1.666.000	16,66%	1.666.000
Andréia Zonta	1.666.000	16,66%	1.666.000
	<u>10.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>10.000.000</u>

Os sócios são remunerados através de distribuições de dividendos e também por meio do pagamento de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da TLP, respeitando sempre a participação societária de cada sócio.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional bruta está composta por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Venda à vista	4.046.127.291	3.843.329.654
Venda à prazo	49.410.928	44.101.610
Serviços de recarga de celular	557.869	760.269
Serviço venda de vale gás	190.495	249.289
Serviço venda garantia estendida	1.008.003	1.281.208
Serviço correspondente bancário	140.628	164.173
Serviço Facilita	1.248	5.703
Serviço comissão de chip de celular	23.998	23.477
Outros serviços	472.540	100.712
Total de Receitas	<u>4.097.933.000</u>	<u>3.890.016.095</u>
Vendas canceladas e devoluções	(19.238.092)	(18.055.239)
PIS sobre vendas	(34.282.510)	(32.200.183)
COFINS sobre vendas	(158.012.601)	(148.469.514)
ICMS sobre vendas	(116.615.826)	(98.517.408)
ISS sobre vendas	(68.489)	(68.677)
Total das Deduções	<u>(328.217.518)</u>	<u>(297.311.021)</u>
Total Receita Líquida	<u><u>3.769.715.482</u></u>	<u><u>3.592.705.074</u></u>

18. CUSTO PRODUTOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos está assim representado:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Custo das mercadorias	2.776.795.025	2.691.333.686
Custo com fretes	6.739.615	3.223.233
Outros custos	60.421.439	53.532.169
	<u><u>2.843.956.079</u></u>	<u><u>2.748.089.088</u></u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão representadas por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos com pessoal	344.752.788	326.103.609
Manutenção	52.758.297	32.622.944
Gastos com veículos e deslocamentos	19.011.054	19.256.269
Outras despesas gerais e administrativas	24.734.834	17.122.040
Alugueis	136.944.721	125.634.635
Despesas com energia elétrica e serviços	53.506.798	51.542.491
Impostos e taxas	13.006.398	39.909.246
Prestações serviços de terceiros	2.456.486	1.695.011
Despesas com assessorias e consultoria	7.852.493	5.555.867
Depreciações e amortizações	11.264.511	10.838.014
Indenizações diversas	1.592.519	1.585.186
	<u><u>667.880.899</u></u>	<u><u>631.865.312</u></u>

20. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas estão representadas por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Propaganda audio visual	39.575.191	37.672.791
Propaganda impressa	32.439.930	28.129.364
Campanhas e patrocínios	2.464.716	1.554.193
Deduções patrocínios	(40.918.569)	(31.794.118)
	<u><u>33.561.268</u></u>	<u><u>35.562.230</u></u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

21. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS)

As outras receitas e (despesas) estão representadas por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Ganho na venda de ativo imobilizado	20.075	41.646
Recuperação de receitas	969.195	1.117.440
Receitas com outras vendas	38.446.963	40.850.464
Outras receitas	-	3.319
Outras Receitas	<u>39.436.233</u>	<u>42.012.869</u>
Perda na venda de ativo imobilizado	(4.800)	-
Perdas geradas por desfalques	(499.922)	(36.234)
Outras Despesas	<u>(504.722)</u>	<u>(36.234)</u>
Total de Receitas e (Despesas)	<u><u>38.931.511</u></u>	<u><u>41.976.635</u></u>

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido está representado por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2017</u>
Juros recebidos	1.370.468	1.124.631
Descontos obtidos	3.802.436	4.628.396
Rendimento aplicações financeiras e fundos	5.190.006	9.435.854
Outras receitas	106.148	84.549
Total de Receitas Financeiras	<u>10.469.058</u>	<u>15.273.430</u>
Juros pagos	(83.180.929)	(79.250.212)
Descontos concedidos	(2.085.573)	(1.967.038)
Despesas bancárias	(2.618.422)	(1.994.541)
PCLD	(3.000.000)	-
Outras despesas	(452.488)	(3.706.380)
Total de Despesas Financeiras	<u>(91.337.412)</u>	<u>(86.918.171)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u><u>(80.868.354)</u></u>	<u><u>(71.644.741)</u></u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em Reais)

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social, está assim apresentada:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	182.380.395	147.520.340
(+) Adições	3.366.115	4.105.790
Despesas indedutíveis	1.159.112	2.358.703
Doações projetos culturais	1.030.000	869.100
Doações incentivo ao esporte	255.000	-
Doações ao Fundo do Direito da Criança	255.000	877.987
Doações ao FMDPI	225.000	-
Doações PRONON	225.000	-
Doações PRONAS	217.003	-
(-) Exclusões	-	-
(=) Lucro Real	<u>185.746.510</u>	<u>151.626.130</u>
(%) IRPJ Alíquota 15%	27.861.976	22.743.919
(%) IRPJ Adicional 10%	18.550.651	15.138.613
(-) Programa de alimentação ao trabalhador - PAT	-	(342)
(-) Incentivos fiscais projetos culturais	(1.030.000)	(869.100)
(-) Incentivos fiscal esporte	(255.000)	(877.987)
(-) Incentivo fiscal criança e juventude	(255.000)	-
(-) Incentivo Fiscal FMDPI	(225.000)	-
(-) Incentivo Fiscal PRONON	(225.000)	-
(-) Incentivo Fiscal PRONAS	(217.003)	-
(=) IRPJ a Recolher	<u>44.205.624</u>	<u>36.135.103</u>
(%) CSLL Adicional 9%	16.717.186	13.646.352
(=) CSLL a Recolher	<u>16717186</u>	<u>13.646.352</u>
(=) Total de despesas com IRPJ e CSLL do período	<u><u>60.922.810</u></u>	<u><u>49.781.455</u></u>

24. COBERTURA DE SEGUROS

Face à natureza de suas atividades, a Empresa adota política de contratação de seguros com base no valor máximo passível de sinistro em um mesmo evento, sendo em 31 de dezembro de 2018 os ativos da Empresa apresentavam segurados contra sinistros no montante de R\$ 222.000.000 e R\$ 381.043 para coberturas das instalações e frotas de veículos respectivamente.
